MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ

Av. Dr. João Pessoa, nº 1.300, Centro
CNPJ nº 76.966.852/0001-08 / SITE: www.quatigua.pr.gov.br
FONE: (43) 3153-1206 - E-mail: licitacao@quatigua.pr.gov.br
86.450-000 - QUATIGUÁ - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

(Processo Administrativo nº 55/2026)

(Protocolo nº 623/2026)

(Participação exclusiva MEI/ME e EPP, Lei 147/2014)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento ***MENOR PREÇO*** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 04/2024 e 06/2024 e demais legislações aplicáveis.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS **00H01MIN** DO DIA **12/11/2026** ÀS **07H50MIN** DO DIA **18/11/2026**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h00min do dia 18/11/2026, com prazo de 06 (seis) horas para apresentação de lances

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **prestação de serviços de capacitação inicial (formação) em segurança do trabalho, por meio da realização de cursos teóricos e práticos conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-10 SEP (Sistema Elétrico de Potência), além de capacitações correlatas em NR-11, NR-12, NR-18 e NR-35, destinados aos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de eletricista da Prefeitura Municipal de Quatiguá/PR,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital de Dispensa Eletrônica.

2. DO VALOR MÁXIMO TOTAL

2.1. O valor máximo total admitido para a presente contratação é R$ 9.693,34 **(nove mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos)**, conforme especificado no Anexo II do presente edital.

2.2. A participação no certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

2.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresasde pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como **prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas no Paraná (regionalização Art. 10, § 1º II, da Lei Municipal nº 2.063/2016),** estabelecendo o limite de 5% do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar nº 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - § 3º.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante realização sessão pública, por meio da ***INTERNET*****,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Dispensa Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**, disponível no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor do **MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – ESTADO DO PARANÁ**, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL compras" constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (https://bllcompras.com/Home/Login).

3.3. O Agente de Contratação responsável por esta Dispensa Eletrônica será: **Gilvan de Oliveira**; e-mail para contato: licitacao@quatigua.pr.gov.br.

3.3.1. Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600; e-mail: contato@bll.org.br;** até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento, que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

I- Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição deseus administradores;

a) No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a a presentação das alterações anteriores à consolidação.

b) Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;

c) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

II- Demais documentos exigíveis pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

3.4. O acesso do operador a Dispensa Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica.

3.6.1. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.6.2.O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

3.6.3.**As empresas interessadas deverão informar no campo próprio, quando do cadastro de sua proposta no sistema BLL, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de exclusividade, nos termos da Lei Federal Complementar nº 123/06 e alterações pela Lei Federal Complementar nº 147/14**.

3.7.Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.7.1. Que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.7.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.7.5. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa,física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.7.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.7.7. Sociedades cooperativas.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do edital de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado,a marca do serviço, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. Em se tratando de serviços, para o campo marca poderá ser digitado o termo "sem marca";

4.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, conforme item 6.5.2 deste Edital.

4.3.1.A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

4.5.1.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência – Anexo II**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. Até o encerramento de recepção das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir das **08h00min** da data estabelecida neste Edital de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será aberta pelo Agente de Contrtação e sistema para liberado para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **sendo encerrado automaticamente a finalização de lances após completar 06 (seis) horas de lances, contadas a partir do momento do efetivo início da fase de lances**.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.4.O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.4.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica.

5.4.2.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será indicado na plataforma.

5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.8.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3.Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.2.4. Será verificada a prioridade de contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte, **sediada no Estado do Paraná**, que ofertou proposta de preços até 5% superior ao melhor preço válido, a qual será considerada vencedora.

6.2.5.Não havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente ou, ainda, caso as participantes não se enquadrem no

intervalo de preços de até 5%, ou venham a ser inabilitadas, será o melhor preço válido mantido para fins de futura e eventual contratação.

6.2.6.Não se aplica, caso o melhor preço válido for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Estado do Paraná

6.3. Após a finalização da fase de laces, o licitante mais bem classificado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas úteis, deverá enviar em campo próprio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado**, **conforme modelo (ANEXO IV)**.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1.Contiver vícios insanáveis;

6.5.2.Identifique o licitante, seja através de marca ou qualquer informação.

6.5.3.Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;

6.5.4.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.5.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.6.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos,desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11.Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para asua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. A documentação de habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica.

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futuracontratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado;
c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
d) Cadastro de fornecedores sancionados do Município.

7.3.1.A pesquisa da prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública será realizada em nome da pessoa física, identificada com número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou em nome da pessoa jurídica, identificada com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ser contratada, bem como de seus sócios, mas o impedimento dos sócios somente poderá frustrar a contratação da pessoa jurídica se forem verificadas situações de abuso da personalidade jurídica ou burla à penalidade imposta, o que deve ser apurado em procedimento próprio, garantido o contraditório e a ampla defesa, procedimento este que nãose aplica ao caso de empresário individual, em que o impedimento no CPF e CNPJ se comunicam.

7.3.1.1.Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.2.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meioda documentação exigida no **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**.

7.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8.Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de umaproposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02(dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **ou** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, por meio eletrônico, para que

seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2.O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.2.3. Para esta contratação será emitido a NOTA DE EMPENHO.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicano reconhecimento de que:

8.3.1.Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2.A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

8.3.3.A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 damesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses conforme previsão nos anexos a este Edital de Dispensa Eletrônica.

8.5. As condições de habilitação e contratação consignadas neste edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 damesma Lei.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critériода Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Dar causa à inexecução total do contrato;

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.2.2.1.Considera-se inexecução total do contrato:

a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.2.2.2. A sanção prevista no item 9.2.2 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito daAdministração Pública do Município de Quatiguá, pelo prazo máximo de 3(três) anos.

9.2.3.A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsadurante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

b) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.2.3.1 A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Quatiguá, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.4. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.2.1 a 9.2.3.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

EM = I x N x VP, onde:

I = (TX/100) / 365;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora

anual;EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo delicitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusivas**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmentea apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

10.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no aplicativo "BLL compras" constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (https://bllcompras.com/Home/Login), no Portal Transparência deste Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11.2. No caso deste processo restar fracassado, a Administração poderá:

11.2.1. Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

11.2.1. Republicar o presente edital com uma nova data;

11.2.3. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.3.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.

11.3. As providências dos subitens 11.2.2 e 11.2.3 acima poderão ser utilizadas se não houver o compare- cimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentaçãorelativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favorda ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13. Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
11.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;
11.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
11.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor);

Quatiguá, Estado do Paraná, em 10 de novembro de 2026.

Izilda Gleiciany Rodrigues Carro
Prefeita

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

11. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo daJunta Comercial da respectiva sede;
1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro ondetem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento noPaís;
1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentaçãode certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidaçãodas Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

3 Das declarações

3.1. Para fins de habilitação junto o certame a empresa deverá ainda apresentar, através do sistema eletrônico – Plataforma BLL, às seguintes declarações:

a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação nocertame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega emdefinitivo;

c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°,XXXIII, da Constituição;

e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal;

f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

h) que em seu quadro societário, cotistas ou dirigentes não compõe servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação conforme dispõe o acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, membro da administração do Poder Executivo e Legislativo do Município de QUATIGUÁ, Estado do Paraná, que ocupem tais funções e demais disposições previstas na legislação vigente.

3.2. O atendimento ao subitem 3.1 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

3.3.O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. A falsidade das declarações de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4 Qualificação técnica:

4.1. Para comprovação da qualificação técnico-operacional, a empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já executou serviços de capacitação ou treinamento em segurança do trabalho, envolvendo pelo menos uma das seguintes áreas: segurança em instalações elétricas, trabalho em altura ou operação segura de equipamentos de elevação de pessoas.

4.2. O atestado deverá conter, no mínimo:

a) Nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente;

b) Identificação da empresa que executou os serviços;

c) Descrição dos treinamentos ou capacitações realizados;

d) Identificação e assinatura do responsável pela emissão do documento.

4.3. Antes do início dos treinamentos, a contratada deverá apresentar, para cada instrutor designado:

a) Cópia do diploma ou certificado de formação técnica, tecnológica ou superior compatível com o conteúdo que será ministrado;

b) Cópia dos certificados de capacitação ou especialização pertinentes à respectiva área de treinamento, quando exigidos pela Norma Regulamentadora aplicável;

c) Currículo profissional contendo a formação e a experiência do instrutor na área correspondente;

d) Documento comprobatório da experiência profissional ou de atuação como instrutor, mediante declaração de instituição contratante, atestado de serviços prestados ou registro profissional pertinente.

4.4. Os instrutores responsáveis pelos treinamentos deverão atender aos requisitos específicos de qualificação e proficiência estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-10 e NR-35.

4.5. A ausência de comprovação da qualificação exigida impedirá o início da respectiva capacitação até a regularização, sem prejuízo das demais providências contratuais cabíveis.
4.6. Não será exigido registro da empresa em conselho profissional, salvo se houver obrigação legal específica relacionada aos serviços efetivamente contratados.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 55/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

1. DO OBJETO (art. 27, §1º, Inciso I, VIII, IX do decreto municipal nº 04/2024.

1.1. A presente dispensa eletrônica tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação inicial (formação) em segurança do trabalho, por meio da realização de cursos teóricos e práticos conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-10 SEP (Sistema Elétrico de Potência), além de capacitações correlatas em NR-11, NR-12, NR-18 e NR-35, destinados aos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de eletricista da Prefeitura Municipal de Quatiguá/PR**, visando atender as necessidades, conforme especificações constantes neste Termo.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas na BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3. ESPECIFICAÇÕES / PREÇO MÁXIMO:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	**NR3 35 – TRABALHO EM ALTURA** Carga horária mínima: 8 horas (conforme NR35) Curso de capacitação obrigatória para trabalhadores que executam atividades acima de 2,00 metros do nível inferior, com risco de queda, incluindo uso de cadeira suspensa, plataformas elevatórias e estruturas diversas. Conteúdo programático mínimo: • Normas e regulamentações aplicáveis (NR 35 e correlatas) • Análise de risco e condições impeditivasSistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva e individual • Uso correto de cinturão tipo paraquedista, talabartes e trava-quedas • Técnicas de acesso e posicionamento em altura • Noções de ancoragem e linhas de vida • Procedimentos de emergência e noções de resgate em altura • Práticas seguras em campo	Unidade	02	R$ 510,00	R$1.020,00
2	**NR 18 – CADEIRA SUSPENSA** Carga horária mínima: 8 horas Capacitação específica para trabalhadores que utilizam cadeira suspensa (balancim individual) em atividades verticais em obras civis e manutenção predial. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18 e NR 35) • Componentes do sistema de cadeira suspensa • Inspeção pré-uso de equipamentos e sistemas de ancoragem	Unidade	02	R$ 690,00	R$ 1.380,00

	• Montagem e desmontagem segura do sistema • Técnicas de trabalho em suspensão • Limites de carga e condições de uso • Riscos associados e medidas preventivas • Procedimentos de emergência e resgate • Prática supervisionada em altura				
3	**NR 18 - PLATAFORMA ELEVATÓRIA MÓVEL DE TABALHO (PEMT/PTA)** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação para operação segura de plataformas elevatórias móveis de trabalho (PEMT/PTA), voltado a operadores e usuários. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18, NR 11 quando aplicável e normas técnicas) • Tipos de plataformas elevatórias (tesoura, articulada, telescópica) • Inspeção pré-operacional e check-list • Estabilidade, capacidade de carga e centro de gravidade • Riscos operacionais e medidas de controle • Operação segura em diferentes condições de terreno • Sinalização e isolamento da área de trabalho • Procedimentos de emergência e resgate • Prática operacional supervisionada	Unidade	02	R$ 345,00	R$ 690,00
4	**NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (BÁSICO)** Carga horária mínima: 40 horas (NR 10 - Curso básico obrigatório) Curso de capacitação obrigatória para profissionais que atuam direta ou indiretamente em instalações elétricas. Conteúdo programático mínimo: • Introdução à segurança em eletricidade • Riscos elétricos (choque, arco elétrico, queimaduras) • Medidas de controle coletivo e individual • Equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) • Normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis • Procedimentos de desenergização (bloqueio e etiquetagem – LOTO) • Sinalização de segurança • Primeiros socorros em acidentes elétricos • Rotinas de trabalho seguro	Unidade	02	R$ 1.340,00	R$ 2.680,00
5	**NR 10 SEP - SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA** Carga horária mínima: 40 horas Curso complementar destinado a	Unidade	02	R$ 750,00	R$ 1.500,00

	profissionais que atuam em sistemas elétricos de potência (alta tensão), em ambientes energizados ou potencialmente energizados. Conteúdo programático mínimo: • Estrutura do sistema elétrico de potência • Riscos em alta tensão • Análise de risco e procedimentos de trabalho • Técnicas de trabalho energizado e desenergizado • Equipamentos de proteção específicos para SEP • Estudos de caso de acidentes elétricos • Procedimentos de emergência e resgate em SEP • Normas técnicas aplicáveis • Normas técnicas aplicáveis				
06	**NR 12 – SEGURANÇA NO TRABALHA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação para operação segura de máquinas e equipamentos industriais e mecanizados. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 12) • Identificação de perigos em máquinas e equipamentos • Sistemas de segurança e proteções físicas • Dispositivos de parada de emergência • Bloqueio e etiquetagem (LOTO) • Procedimentos operacionais seguros • Manutenção segura de máquinas • Sinalização e segurança operacional • Análise de acidentes e prevenção	Unidade	02	R$ 495,00	R$ 990,00
07	**NR 11 - OPERAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO COM CESTO AÉREO** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação teórica e prática destinado aos servidores responsáveis pela operação de caminhão equipado com guindaste hidráulico e cesto aéreo para execução de serviços de manutenção da iluminação pública e atividades correlatas, em conformidade com as disposições da NR 11, NR 12, NR 35 e demais normas técnicas aplicáveis. Conteúdo programático mínimo: • Legislação e normas de segurança aplicáveis; • Princípios de funcionamento do caminhão equipado com guindaste e cesto aéreo; • Responsabilidades do operador; • Inspeção pré-operacional do veículo e dos equipamentos;	Unidade	02	R$ 716,67	R$ 1.433,34

	• Sistemas de estabilização e nivelamento; • Capacidade de carga e limites operacionais; • Identificação de riscos operacionais; • Procedimentos seguros para elevação e posicionamento de pessoas; • Trabalho próximo a redes elétricas energizadas; • Uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); • Sinalização e isolamento da área de trabalho; • Procedimentos em situações de emergência; • Noções de prevenção de acidentes; • Atividades práticas de operação do equipamento.				
VALOR TOTAL R$ 9.693,34 (nove mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos)					

A empresa contratada deverá disponibilizar instrutores com formação, qualificação e experiência compatíveis com a natureza e o conteúdo de cada capacitação, observadas as exigências específicas das Normas Regulamentadoras aplicáveis.

Previamente à realização dos treinamentos, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória da qualificação dos instrutores, incluindo certificados, registros profissionais ou outros documentos pertinentes, conforme a natureza da capacitação e as exigências normativas correspondentes.

Os treinamentos deverão contemplar atividades teóricas e práticas, quando exigidas ou previstas no conteúdo programático, mediante utilização de equipamentos adequados, observância dos procedimentos de segurança e disponibilização dos recursos necessários à aprendizagem.

As atividades práticas relacionadas à operação de cesto aéreo deverão considerar as características do implemento PHD CA105, as orientações do fabricante e os riscos específicos da operação, sem prejuízo das demais exigências técnicas aplicáveis.

As capacitações deverão observar as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, consideradas as redações vigentes no momento da execução e as respectivas regras de transição, quando existentes.

Os valores estimados para a contratação deverão compreender todos os custos necessários à integral execução das capacitações, incluindo remuneração dos instrutores, materiais didáticos, equipamentos e recursos necessários às atividades práticas, emissão dos certificados, deslocamentos, tributos, encargos e demais despesas de responsabilidade da contratada, não sendo admitida cobrança adicional ao Município por serviços compreendidos no objeto contratado.

1.4. As estimativas e valores da contratação, preços unitários são baseadas na Estimativa de Despesa conforme segue:

1.4.1. Preço Estimado por Unidade:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	**NR3 35 – TRABALHO EM ALTURA** Carga horária mínima: 8 horas (conforme NR35) Curso de capacitação obrigatória para trabalhadores que executam atividades acima de 2,00 metros do nível inferior, com risco de queda, incluindo uso de cadeira suspensa, plataformas elevatórias e estruturas diversas. Conteúdo programático mínimo: • Normas e regulamentações aplicáveis (NR 35 e correlatas) • Análise de risco e condições impeditivas • Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva e individual • Uso correto de cinturão tipo paraquedista, talabartes e trava-quedas • Técnicas de acesso e posicionamento em altura • Noções de ancoragem e linhas de vida • Procedimentos de emergência e noções de resgate em altura • Práticas seguras em campo	Unidade	02	R$ 510,00
2	**NR 18 – CADEIRA SUSPENSA** Carga horária mínima: 8 horas Capacitação específica para trabalhadores que utilizam cadeira suspensa (balancim individual) em atividades verticais em obras civis e manutenção predial. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18 e NR 35) • Componentes do sistema de cadeira suspensa • Inspeção pré-uso de equipamentos e sistemas de ancoragem • Montagem e desmontagem segura do sistema • Técnicas de trabalho em suspensão • Limites de carga e condições de uso • Riscos associados e medidas preventivas • Procedimentos de emergência e resgate • Prática supervisionada em altura	Unidade	02	R$ 690,00
3	**NR 18 – PLATAFORMA ELEVATÓRIA MÓVEL DE TABALHO (PEMT/PTA)** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação para operação segura de plataformas elevatórias móveis de trabalho (PEMT/PTA), voltado a operadores e usuários. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18, NR 11 quando aplicável e normas técnicas) • Tipos de plataformas elevatórias (tesoura, articulada, telescópica) • Inspeção pré-operacional e check-list	Unidade	02	R$ 345,00

	• Estabilidade, capacidade de carga e centro de gravidade • Riscos operacionais e medidas de controle • Operação segura em diferentes condições de terreno • Sinalização e isolamento da área de trabalho • Procedimentos de emergência e resgate • Prática operacional supervisionada			
4	**NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (BÁSICO)** Carga horária mínima: 40 horas (NR 10 – Curso básico obrigatório) Curso de capacitação obrigatória para profissionais que atuam direta ou indiretamente em instalações elétricas. Conteúdo programático mínimo: • Introdução à segurança em eletricidade • Riscos elétricos (choque, arco elétrico, queimaduras) • Medidas de controle coletivo e individual • Equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) • Normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis • Procedimentos de desenergização (bloqueio e etiquetagem – LOTO) • Sinalização de segurança • Primeiros socorros em acidentes elétricos • Rotinas de trabalho seguro	Unidade	02	R$ 1.340,00
5	**NR 10 SEP – SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA** Carga horária mínima: 40 horas Curso complementar destinado a profissionais que atuam em sistemas elétricos de potência (alta tensão), em ambientes energizados ou potencialmente energizados. Conteúdo programático mínimo: • Estrutura do sistema elétrico de potência • Riscos em alta tensão • Análise de risco e procedimentos de trabalho • Técnicas de trabalho energizado e desenergizado • Equipamentos de proteção específicos para SEP • Estudos de caso de acidentes elétricos • Procedimentos de emergência e resgate em SEP • Normas técnicas aplicáveis • Normas técnicas aplicáveis	Unidade	02	R$ 750,00
06	**NR 12 – SEGURANÇA NO TRABALHA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** Carga horária mínima: 16 horas	Unidade	02	R$ 495,00

	Curso de capacitação para operação segura de máquinas e equipamentos industriais e mecanizados. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 12) • Identificação de perigos em máquinas e equipamentos • Sistemas de segurança e proteções físicas • Dispositivos de parada de emergência • Bloqueio e etiquetagem (LOTO) • Procedimentos operacionais seguros • Manutenção segura de máquinas • Sinalização e segurança operacional • Análise de acidentes e prevenção			
07	**NR 11 – OPERAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO COM CESTO AÉREO** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação teórica e prática destinado aos servidores responsáveis pela operação de caminhão equipado com guindaste hidráulico e cesto aéreo para execução de serviços de manutenção da iluminação pública e atividades correlatas, em conformidade com as disposições da NR 11, NR 12, NR 35 e demais normas técnicas aplicáveis. Conteúdo programático mínimo: • Legislação e normas de segurança aplicáveis; • Princípios de funcionamento do caminhão equipado com guindaste e cesto aéreo; • Responsabilidades do operador; • Inspeção pré-operacional do veículo e dos equipamentos; • Sistemas de estabilização e nivelamento; • Capacidade de carga e limites operacionais; • Identificação de riscos operacionais; • Procedimentos seguros para elevação e posicionamento de pessoas; • Trabalho próximo a redes elétricas energizadas; • Uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); • Sinalização e isolamento da área de trabalho; • Procedimentos em situações de	Unidade	02	R$ 716,67

	emergência; • Noções de prevenção de acidentes; • Atividades práticas de operação do equipamento.			

1.4.2. Descrição Técnica:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação inicial (formação) em segurança do trabalho, por meio da realização de cursos teóricos e práticos conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-10 SEP (Sistema Elétrico de Potência), além de capacitações correlatas em NR-11, NR-12, NR-18 e NR-35, destinados aos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de eletricista da Prefeitura Municipal de Quatiguá/PR.

1.4.3. Fundamentação Legal:

A estimativa de despesa está em conformidade com os dispostivos da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece os critérios para as contratações realizadas pela administração pública.

1.4.4. Estimativa de Despesa Total:

Considerando as quantidades e os preços cotados, a despesa total é de:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	NR3 35 – TRABALHO EM ALTURA Carga horária mínima: 8 horas (conforme NR35) Curso de capacitação obrigatória para trabalhadores que executam atividades acima de 2,00 metros do nível inferior, com risco de queda, incluindo uso de cadeira suspensa, plataformas elevatórias e estruturas diversas. Conteúdo programático mínimo: • Normas e regulamentações aplicáveis (NR 35 e correlatas) • Análise de risco e condições impeditivasSistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva e individual • Uso correto de cinturão tipo paraquedista, talabartes e trava-quedas • Técnicas de acesso e posicionamento em altura • Noções de ancoragem e linhas de vida • Procedimentos de emergência e noções de resgate em altura • Práticas seguras em campo	Unidade	02	R$ 510,00	R$1.020,00
2	NR 18 – CADEIRA SUSPENSA Carga horária mínima: 8 horas Capacitação específica para trabalhadores que utilizam cadeira	Unidade	02		

	suspensa (balancim individual) em atividades verticais em obras civis e manutenção predial. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18 e NR 35) • Componentes do sistema de cadeira suspensa • Inspeção pré-uso de equipamentos e sistemas de ancoragem • Montagem e desmontagem segura do sistema • Técnicas de trabalho em suspensão • Limites de carga e condições de uso • Riscos associados e medidas preventivas • Procedimentos de emergência e resgate • Prática supervisionada em altura			R$ 690,00	R$ 1.380,00
3	**NR 18 - PLATAFORMA ELEVATÓRIA MÓVEL DE TABALHO (PEMT/PTA)** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação para operação segura de plataformas elevatórias móveis de trabalho (PEMT/PTA), voltado a operadores e usuários. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 18, NR 11 quando aplicável e normas técnicas) • Tipos de plataformas elevatórias (tesoura, articulada, telescópica) • Inspeção pré-operacional e check-list • Estabilidade, capacidade de carga e centro de gravidade • Riscos operacionais e medidas de controle • Operação segura em diferentes condições de terreno • Sinalização e isolamento da área de trabalho • Procedimentos de emergência e resgate • Prática operacional supervisionada	Unidade	02	R$ 345,00	R$ 690,00
4	**NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (BÁSICO)** Carga horária mínima: 40 horas (NR 10 - Curso básico obrigatório) Curso de capacitação obrigatória para profissionais que atuam direta ou	Unidade	02		

	indiretamente em instalações elétricas. Conteúdo programático mínimo: • Introdução à segurança em eletricidade • Riscos elétricos (choque, arco elétrico, queimaduras) • Medidas de controle coletivo e individual • Equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) • Normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis • Procedimentos de desenergização (bloqueio e etiquetagem – LOTO) • Sinalização de segurança • Primeiros socorros em acidentes elétricos • Rotinas de trabalho seguro			R$ 1.340,00	R$ 2.680,00
5	**NR 10 SEP – SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA** Carga horária mínima: 40 horas Curso complementar destinado a profissionais que atuam em sistemas elétricos de potência (alta tensão), em ambientes energizados ou potencialmente energizados. Conteúdo programático mínimo: • Estrutura do sistema elétrico de potência • Riscos em alta tensão • Análise de risco e procedimentos de trabalho • Técnicas de trabalho energizado e desenergizado • Equipamentos de proteção específicos para SEP • Estudos de caso de acidentes elétricos • Procedimentos de emergência e resgate em SEP • Normas técnicas aplicáveis • Normas técnicas aplicáveis	Unidade	02	R$ 750,00	R$ 1.500,00
06	**NR 12 – SEGURANÇA NO TRABALHA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação para operação segura de máquinas e equipamentos industriais e mecanizados. Conteúdo programático mínimo: • Legislação aplicável (NR 12) • Identificação de perigos em máquinas e equipamentos • Sistemas de segurança e proteções físicas	Unidade	02		

	• Dispositivos de parada de emergência • Bloqueio e etiquetagem (LOTO) • Procedimentos operacionais seguros • Manutenção segura de máquinas • Sinalização e segurança operacional • Análise de acidentes e prevenção			R$ 495,00	R$ 990,00
07	**NR 11 – OPERAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO COM CESTO AÉREO** Carga horária mínima: 16 horas Curso de capacitação teórica e prática destinado aos servidores responsáveis pela operação de caminhão equipado com guindaste hidráulico e cesto aéreo para execução de serviços de manutenção da iluminação pública e atividades correlatas, em conformidade com as disposições da NR 11, NR 12, NR 35 e demais normas técnicas aplicáveis. Conteúdo programático mínimo: • Legislação e normas de segurança aplicáveis; • Princípios de funcionamento do caminhão equipado com guindaste e cesto aéreo; • Responsabilidades do operador; • Inspeção pré-operacional do veículo e dos equipamentos; • Sistemas de estabilização e nivelamento; • Capacidade de carga e limites operacionais; • Identificação de riscos operacionais; • Procedimentos seguros para elevação e posicionamento de pessoas; • Trabalho próximo a redes elétricas energizadas; • Uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); • Sinalização e isolamento da área de trabalho; • Procedimentos em situações de emergência; • Noções de prevenção de acidentes; • Atividades práticas de operação	Unidade	02	R$ 716,67	R$ 1.433,34

	do equipamento.				
VALOR TOTAL R$ 9.693,34 (nove mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos)					

1.4.5. Observações Adicionais:

A presente estimativa de despesa serve como base para a elaboração do processo licitatório ou contratação direta, seguindo os trâmites legais previstos na legislação vigente.

Esta estimativa de despesa é elaborada de acordo com as informações disponíveis até a presente data e está sujeita a ajustes conforme as necessidades e requisitos específicos do processo de contratação.

1.5. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM e a disputa será pelo valor unitário de cada item.

1.6. A natureza do objeto é comum.

2- O valor máximo estimado para esta licitação é de **R$ 9.693,34 (nove mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos),** levando em consideração o valor total para cada item isoladamente.

3- JUSTIFICATIVA / FUNDAMENTAÇÃO (art. 27, §1º, Inciso II, III, IV do decreto municipal nº 04/2024.

3.1 A motivação por trás dessa medida reside na necessidade de capacitação técnica dos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de eletricista, bem como para atender as demandas da administração pública municipal;

3.2 A fundamentação da contratação foi baseada no documento de formalização de demanda.

A presente contratação decorre da necessidade de capacitação técnica dos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de eletricista, tendo em vista a ampliação das atividades operacionais da Administração Pública.

Recentemente, o Município adquiriu um veículo equipado com cesto aéreo (plataforma de elevação), destinado à execução de serviços de manutenção da iluminação pública e demais atividades em altura. Tal equipamento exige, para sua correta e segura operação, a devida capacitação dos servidores envolvidos, conforme preconizam as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente a NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35.

Verifica-se, portanto, que os servidores que atuarão na operação do referido equipamento e nas atividades correlatas não possuem formação técnica específica e inicial nas respectivas Normas Regulamentadoras, sendo indispensável a realização de cursos de capacitação para garantir a aptidão técnica, segurança operacional e conformidade legal.

3.3. Os requisitos da contratação encontra-se no edital do certame, não sendo exigido documentação especifica;

4- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E COMPABILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL. (art. 27, §1º, Inciso X do decreto municipal nº 04/2024).

4.1 Dotação orçamentária: 03.004.04.128.0007.2.009.3.3.90.39.00.00

4.2 Origem do recurso:
Recursos Próprios do Município.

5– PRAZO E FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO (art. 27, §1º, Inciso V, VI do decreto municipal nº 04/2024).

5.1 Os fornecimentos deverão ser efetuados nos quantitativos solicitados, mediante apresentação da nota de empenho/ordem de serviços, conforme necessidade da Secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da execução. Caso haja atrasos na execução a Contratada estará sujeita as penalidades. **A CONTRATADA deverá fornecer os produtos em até 15 (quinze) dias.**

5.1.1Caso haja atrasos no fornecimento a Contratada será aplicada as penalidades descritas neste edital e contrato.

5.1.2 Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com o que foi solicitado.

5.1.2. O Fiscal/ Recebedor terá o dever de averiguar a qualidade do produto e especificações, e recusar o recebimento se o mesmo não estiver acordado com as descrições e qualidade descritas no contrato, além da observância do prazo de garantia.

5.1.3 O licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidas sobre a natureza do objeto.

5.1.4 Somente serão aceitos e recebidos os produtos que se encontrarem em perfeitas condições. Caso algum produto sofra danos durante o transporte e/ou não apresente as condições ora estabelecidas serão rejeitados, devolvidos, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los.

5.2. – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
O produto/serviços deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Av. Dona Antonia Mocelin Blanco, nº 101, Vila Nascente do Sol, CEP: 86.450-000, Quatiguá, Estado do Paraná.
Responsável pelo recebimento do objeto: Pedro Henrique Gonçalves Domingues

5.3. – Prazo e forma de pagamento (art. 27, §1º, Inciso VII do decreto municipal nº 04/2024).

A empresa vencedora deverá informar o número da dispensa eletrônica e da nota de empenho na nota fiscal.

A Secretaria requisitante terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceitá-la ou rejeitá-la.

Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após recebimento dos serviços e da nota fiscal com os dados preenchidos corretamente. Caso haja alguma inconformidade na nota fiscal, o pagamento será feito somente após a correção da mesma. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua representação.

A nota fiscal/ fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o

número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais / faturas emitidas com outros CNPJs;

6- **Prazo de vigência da contratação:**
A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

7- Obrigações da contratada:
A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição detalhada do serviço, prazo de garantia ou validade.
Efetuar as execuções nos quantitativos e prazos solicitados, mediante apresentação da nota de empenho, conforme necessidade da Secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da execução.
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e substituir, reparar ou corrigir, o objeto com avarias ou defeitos, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, no prazo de 10 (dez) dias.
Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do local onde os bens forem entregues;
Responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda, a terceiros, durante a execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Contratante;
Arcar com o custo do frete dos materiais, da origem até destino final, observando sempre as normas pertinentes ao transporte dos serviços prestados.
Responsabilizar-se por quaisquer tributos ou encargos (fiscais, comerciais ou trabalhistas) resultantes da contratação.
São expressamente vedadas à Contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante para execução do objeto e a subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto licitatório.
Manter informado o Município quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento e qualquer outra de interesse da Administração.

8-Qualificação técnica:
8.1. Para comprovação da qualificação técnico-operacional, a empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já executou serviços de capacitação ou treinamento em segurança do trabalho, envolvendo pelo menos uma das seguintes áreas: segurança em instalações elétricas, trabalho em altura ou operação segura de equipamentos de elevação de pessoas.
8.2. O atestado deverá conter, no mínimo:

a) Nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente;
b) Identificação da empresa que executou os serviços;
c) Descrição dos treinamentos ou capacitações realizados;
d) Identificação e assinatura do responsável pela emissão do documento.

8.3. Antes do início dos treinamentos, a contratada deverá apresentar, para cada instrutor designado:
a) Cópia do diploma ou certificado de formação técnica, tecnológica ou superior compatível com o conteúdo que será ministrado;
b) Cópia dos certificados de capacitação ou especialização pertinentes à respectiva área de treinamento, quando exigidos pela Norma Regulamentadora aplicável;
c) Currículo profissional contendo a formação e a experiência do instrutor na área correspondente;
d) Documento comprobatório da experiência profissional ou de atuação como instrutor, mediante declaração de instituição contratante, atestado de serviços prestados ou registro profissional pertinente.
8.4. Os instrutores responsáveis pelos treinamentos deverão atender aos requisitos específicos de qualificação e proficiência estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-10 e NR-35.
8.5. A ausência de comprovação da qualificação exigida impedirá o início da respectiva capacitação até a regularização, sem prejuízo das demais providências contratuais cabíveis.
8.6. Não será exigido registro da empresa em conselho profissional, salvo se houver obrigação legal específica relacionada aos serviços efetivamente contratados.

9-Amostra/Catálogo
9.1. Não será exigida a apresentação de amostras ou catálogos, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de capacitação técnica.
9.2. A empresa contratada deverá apresentar, antes do início das capacitações, os seguintes documentos:
a) Plano de treinamento de cada curso, contendo o conteúdo programático, a carga horária total e a distribuição entre atividades teóricas e práticas;
b) Cronograma de execução, contendo as datas e os horários previstos para realização das *capacitações****;***
c) Modelo de certificado a ser emitido aos participantes, contendo os elementos exigidos pelas Normas Regulamentadoras aplicáveis.
9.3. A documentação será analisada pela fiscalização contratual, que verificará sua compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e com as exigências normativas pertinentes.
9.4. Eventuais inconsistências deverão ser corrigidas pela contratada antes do início das respectivas capacitações, sem ônus adicional ao Município.

10-Gestão e Fiscalização:
Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133. A fiscalização será exercida pelo servidor José Alexandre Estrambek. A gestão caberá a ocupante do cargo de Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Finanças, atualmente ocupado por Maria Elisa Gouveia Estevam.

11- Da justificativa da utilização da Dispensa de Licitação:

11.1. A escolha pela utilização da modalidade licitatória, tendo em vista que na Lei n°14.133/2021, o artigo 75 traz as possibilidades de que o gestor dispõe para dispensar a licitação, seja em razão de valor, seja de acordo com o objeto, seja no caso de licitação, deserta ou fracassada.

Especificamente, quanto à dispensa de licitação dos incisos I e II, do art.75, trazem a previsão de que, respectivamente, para contratações de obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores, poderá ser dispensada a licitação para contratações com valor inferior a R$ 125.451,15; e, para contratações de demais serviços e compras, esse valor limite é de R$ 62.725,59. Sendo os referidos valores duplicados nos casos de contratos firmados por consórcio público, ou por autarquia ou fundação qualificada, como agências executivas definidas em lei.

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA
(MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – PR

Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 06/2026

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ nº_____, com endereço naRua_____, nº_____, CEP: __na cidade de _____Estado do_____, telefone (_____)_____-__por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº_____e RG nº _____,DECLARA expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
b) que cumpre os requisitos de habilitação;
c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menorde 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando aptoa usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
h) **DECLARA** sob as penas da Lei, que em seu quadro societário, cotistas ou dirigentes não compõe servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação conforme dispõe o acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, membro da administração do Poder Executivo e Legislativo do Município de QUATIGUÁ, Estado do Paraná, que ocupem tais funções e demais disposições previstas na legislação vigente

Local e data.

_____
(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – PR

Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 06/2026

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
E-mail: **Telefone:**
Agência: **Conta Bancária nº:** **Banco:**

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UM	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL

O valor total proposto para o Item é de R$ (XXXXXXXXX).

Validade da proposta: 30 (trinta) dias.
Prazo de entrega: Conforme Edital.
Prazo de garantia: Conforme Edital.

Local e data.

_____
(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal